

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

'Pacote de bondades' ganha reforço na próxima semana.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer fim de exclusividade para fundos de pensão das estatais.....4

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Inflação e commodities voltam a ajudar os governos (Editorial).....5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SERVIDOR PÚBLICO

Os precatórios e o Supremo - OPINIÃO JURÍDICA.....6

G1 - NACIONAL - AGRO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guerra na Ucrânia: por que o Brasil depende tanto dos fertilizantes da Rússia?.....7

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB per capita do Brasil deve voltar a cair neste ano e só recupera nível pré-crise em 2029,
aponta FGV.....12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco pauta votação de PLs.....15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com alta do petróleo, defasagem do preço da gasolina já é de 24%.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo de energia para pobres é maior no Brasil - CRISTIANO ROMERO.....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Uma condenação histórica.....19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro reduz o papel do Brasil na crise ucraniana - BRASÍLIA - DF.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Guerra empurra a inflação para cima.....23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Com alta do petróleo, Pacheco pauta projetos que tentam conter preços.....25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro usa guerra para defender mineração em terras indígenas.....27

Quinta-Feira, 3 de Março de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Guerras financeiras vão precisar de clareza institucional.....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bolsa avança 1,8% e dólar recua a R\$ 5,10, apesar da guerra.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação será maior vítima da guerra no país.....32

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Posição de Bolsonaro complicará relações entre Brasil e EUA".....33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Expectativa de inflação para 2023 dá sinal de piora.....34

'Pacote de bondades' ganha reforço na próxima semana

CÉLIA FROUFE

A partir da semana que vem, o governo lançará uma série de medidas econômicas para tentar impulsionar a economia, que ainda sofre com as consequências da pandemia.

O "pacote de bondades", se bem-sucedido, pode ajudar na tentativa de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, embora o governo negue a relação das iniciativas com o ano eleitoral.

Uma das medidas foi adiada na terça-feira pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a investidores em Nova York. Segundo o ministro, estrangeiros que adquirirem dívidas privadas (títulos de empresas) no Brasil passarão a ter isenção tributária, em uma espécie de equivalência ao que já ocorre no mercado doméstico.

A intenção é a de aproveitar o "caldo" de liquidez que ainda existe no mercado internacional antes que os bancos centrais das principais economias do mundo elevem os juros, como reação ao aumento da inflação, o que deverá desviar o destino dos recursos a outras modalidades de aplicação. O impacto da medida está sendo avaliado em R\$ 150 milhões de forma anualizada, considerando a estimativa atual de fluxo.

FATIAMENTO. As iniciativas devem ser apresentadas pouco a pouco. Para o mercado de crédito interno, os estudos apontam para medidas voltadas para companhias com faturamento de até R\$ 300 milhões, em um total de R\$ 100 bilhões. A reabertura do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) está prevista para a próxima semana.

Há também a redução de 25% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), já formalizada em decreto, e o compromisso firmado com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de zerar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Na ocasião, o secretário de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia, Erivaldo Gomes, havia previsto que o decreto presidencial do IOF seria assinado pelo presidente Jair Bolsonaro

neste mês. Os técnicos ainda buscam receitas para atender a medida como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A **Receita Federal** estimou que até 2029 a renúncia fiscal acumulada será de R\$ 7 bilhões. No caso do IPI, os municípios já falam em pressionar o Congresso pela compensação de perdas.

O pacote prevê ainda a liberação do saque de até R\$ 1 mil do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A ideia é beneficiar 40 milhões de pessoas.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Economia também deve lançar medidas com "pegada verde", que inclui financiamento para projetos sustentáveis e novas direções para a criação de um mercado de créditos de carbono.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo quer fim de exclusividade para fundos de pensão das estatais

Daniel Rittner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Inflação e commodities voltam a ajudar os governos (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Os precatórios e o Supremo - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=1§ion=1

Guerra na Ucrânia: por que o Brasil depende tanto dos fertilizantes da Rússia?

Por BBC

Para nós, a questão do fertilizante é sagrada. Assim o presidente Jair Bolsonaro (PL) justificou no domingo (27/2) a opção do Brasil por uma posição de equilíbrio na guerra entre Rússia e Ucrânia.

Enquanto isso, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, tem repetido que ainda não há motivo para pânico com relação à oferta de fertilizantes e que o país tem alternativas no mercado para recorrer e estoques para chegar à próxima safra - que começa a ser plantada em outubro.

Leia também:

Por que o Brasil importa fertilizante da Rússia? Veja ranking dos países que mais vendem fertilizantes ao Brasil. Fertilizantes: preocupação é com a safra que começará em setembro, diz ministra da Agricultura

Mas qual é de fato o grau de dependência do Brasil dos fertilizantes russos? E isso foi sempre assim ou é um fenômeno recente?

Existem mesmo outras fontes de importação, caso o comércio com a Rússia venha a ser interrompido devido às sanções impostas ao país euroasiático? E a produção nacional, pode ser ampliada para suprir as necessidades do setor rural?

Em linhas gerais, o Brasil importa 85% dos fertilizantes que utiliza, e a Rússia responde por 23% dessas importações. A eventual falta de potássio é a que mais preocupa o setor e certamente vai haver desabastecimento mundial desse nutriente, dizem analistas.

Entenda em detalhes abaixo como a invasão da Ucrânia pela Rússia pode afetar o agronegócio brasileiro, num momento em que a população já sofre com o alto preço dos alimentos.

O consumo de fertilizantes no Brasil

O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo (atrás de China, Índia e Estados Unidos) e o maior importador mundial desses insumos.

Como o agronegócio brasileiro pode ser impactado

pelo conflito na Ucrânia

Em 2021, dos mais de 40 milhões de toneladas de fertilizantes consumidos no país, 85% foram importados. A parcela das importações na demanda interna de adubos e fertilizantes tem crescido ano a ano: em 2017, os importados representavam 76% do total, segundo dados da Andá (Associação Nacional para Difusão de Adubos).

O solo brasileiro precisa muito de fertilizantes porque ele é naturalmente pobre em nutrientes, explica José Carlos Polidoro, pesquisador da Embrapa Solos.

É diferente do hemisfério Norte - dos EUA, da Europa - que são regiões de solos férteis. Nossos solos são de baixa fertilidade, principalmente no Cerrado, onde estão nossos melhores solos para agricultura - têm muita água, são solos profundos, planos, mas têm essa limitação natural de nutrientes, que é algo próprio da natureza tropical, diz Polidoro.

A soja é a principal cultura consumidora de fertilizantes no país. Somada com o milho, a cana-de-açúcar e o algodão, essas quatro culturas absorvem mais de 90% do fertilizante produzido ou importado pelo Brasil, destaca o pesquisador da Embrapa.

Brasil realmente depende dos fertilizantes russos?

Somente em 2020, a demanda brasileira por fertilizantes cresceu 12% em relação ao ano anterior e, em 2021, aumentou novamente em 14%, acompanhando uma tendência mundial de avanço do consumo de fertilizantes, além de sucessivas safras recordes de grãos no país.

Esse aumento de demanda se refletiu nas importações de fertilizantes vindos da Rússia, que praticamente dobraram no último ano, passando de US\$ 1,8 bilhão em 2020, para US\$ 3,5 bilhões (R\$ 18 bilhões) em 2021.

A Rússia responde sozinha por 23% das importações brasileiras de fertilizantes, que somaram US\$ 15,2 bilhões (R\$ 78,4 bilhões) no ano passado.

Para se ter uma ideia, o valor importado em fertilizantes da Rússia é quase 70% maior do que o segundo colocado nas importações, a China, de onde

importamos US\$ 2,1 bilhões em fertilizantes em 2021.

E tem ainda Belarus, sétimo maior exportador de fertilizantes ao Brasil, respondendo por 3% das nossas importações desses insumos e aliado da Rússia na invasão à Ucrânia.

Assim, os dois países aliados respondem juntos por 26% da importação brasileira de fertilizantes, um grau de dependência relevante e que explica o olhar atento do país ao conflito no Leste Europeu.

A Rússia atualmente é o maior exportador de NPK mundial, observa Marcelo Mello, diretor de fertilizantes da consultoria StoneX.

NPK é a sigla para nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), os três macronutrientes mais importantes para a nutrição das plantas.

O nitrogênio é obtido a partir do gás natural, combustível do qual a Rússia é o segundo maior produtor do mundo e o maior exportador. O fósforo e o potássio, por outro lado, são produtos minerais, dos quais o país de Vladimir Putin tem minas abundantes.

A Rússia sempre foi um importante fornecedor de fertilizantes para o Brasil e o volume importado cresceu nos últimos anos porque estávamos com uma demanda imensa e eles tinham a capacidade de nos vender, explica Mello.

Existem outras fontes de importação, caso o comércio com a Rússia seja interrompido?

Na terça-feira (1º/03), o embaixador de Belarus no Brasil, Sergey Lukashevich, disse que seu país foi obrigado a suspender as vendas de fertilizantes para o Brasil porque o escoamento foi proibido pela Lituânia, que fechou fronteiras.

Com relação às exportações russas, mesmo diante dos esforços de Bolsonaro para manter as boas relações com Putin, garantindo a continuidade dos fluxos comerciais entre os países, há dúvidas se a Rússia conseguirá manter as entregas de seus produtos.

Isso porque, com o endurecimento das sanções financeiras contra o país, cujos bancos foram bloqueados do sistema de transferências internacionais Swift, ainda não está claro se os compradores internacionais conseguirão fazer os pagamentos pelas importações.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, tem repetido que o Brasil tem opções para importar fertilizantes, citando como exemplos Irã, Canadá e Marrocos. Mas

especialistas do setor avaliam que a situação não é tão simples e que a gravidade do cenário varia de insumo a insumo.

Segundo Marcelo Mello, da StoneX, o quadro mais preocupante é o do potássio, que tem Canadá, Belarus e Rússia como maiores produtores, com fatias de 40% e 20% do mercado cada, respectivamente. Ou seja, os três países somam quase 80% da oferta mundial.

Belarus já vinha sofrendo sanções desde o segundo semestre do ano passado, com EUA, União Europeia e Reino Unido respondendo a ataques do presidente de Belarus, Alexander Lukashenko, aos direitos humanos de imigrantes.

Assim, o mercado, que já vinha apertado pelas restrições a Belarus, está agora em alerta máximo.

Tudo leva a crer que as sanções são fortíssimas e tendem a inviabilizar a exportação russa. Um cenário onde Belarus já estava praticamente fora e agora o mercado perde os 20% da Rússia é impraticável, avalia Mello.

Não é mais uma questão de talvez vamos ter uma crise de abastecimento. Nós certamente vamos ter uma crise. Certamente haverá desabastecimento, não só no Brasil, mas mundial, afirma o consultor.

Outros países produtores de potássio, como Israel, Chile, Jordânia e Alemanha, produzem volumes pequenos e que já têm compradores, assim resta como alternativa o Canadá.

Mas somos nós indo para o Canadá e toda a torcida do Corinthians, brinca Mello. Então, é muito pouco provável que o Canadá consiga repor a falta que Rússia e Belarus farão no mercado.

Em relação ao fósforo, a Rússia é o terceiro maior exportador, atrás de China e Marrocos. Aqui, segundo o consultor, se 100% das exportações russas forem bloqueadas, não deve faltar fósforo no mundo, mas a situação deve ficar muito similar à do potássio antes da guerra. Ou seja, com um mercado muito apertado e preços elevados.

Por fim, no caso do nitrogênio, matéria-prima para a produção de ureia, muito usada no Brasil como fertilizante e na produção de fórmulas, a Rússia só fica atrás nas exportações se o Oriente Médio é considerado em conjunto, já que países como Arábia Saudita, Catar e Irã - grandes produtores de petróleo e gás natural - são importantes exportadores.

Aqui, explica o consultor, mesmo que as exportações

russas sejam totalmente bloqueadas, não deve faltar produto, pois a China está atualmente fora do mercado internacional (o que acontece sazonalmente entre dezembro e março, durante o inverno chinês), mas deve voltar a produzir em maio.

A China tem uma capacidade de produção [de nitrogenados] imensa, mas ela tem o maior custo de produção do mundo, pois ela produz a partir do carvão, também usado como fonte de energia localmente e por isso muito caro, explica Mello. Com os preços dos fertilizantes altíssimos e a saída da Rússia fazendo os preços subir ainda mais, a China não terá problema de custos, então é só ela virar a chave e exportar. Assim, não vai faltar nitrogênio no mundo, mas o preço vai estar alto.

Ainda no nitrogênio, outras alternativas são países do Norte da África, Nigéria, países do Oriente Médio, EUA e Venezuela.

Em resumo: potássio deve faltar, o que pode afetar a produtividade da agricultura brasileira na próxima safra; fósforo e nitrogênio não devem chegar a sofrer desabastecimento, mas preços tendem a seguir elevados, resultando em aumento de custos ao produtor e mais alta de preços nos alimentos.

E a produção nacional, pode ajudar?

Enquanto a demanda brasileira por fertilizantes cresce ano a ano, a capacidade de produção nacional foi na direção contrária.

Em 2017 e 2018, o país era capaz de produzir 8,2 milhões de toneladas de fertilizantes, volume que caiu a 7,2 milhões de toneladas em 2019 e a 6,5 milhões de toneladas em 2020.

O Brasil, nos últimos 40 anos, ficou sem uma política estratégica para o setor de fertilizantes e de insumos agrícolas em geral. A consequência disso é que o Brasil se desindustrializou. A cadeia de fertilizantes encolheu 33% nos últimos 20 anos, enquanto a demanda explodiu 400% nesse período, afirma José Carlos Polidoro, da Embrapa Solos. Isso fez com que a nossa dependência de importações saísse de 20% há 20 anos para os atuais mais de 80%. Para o Brasil, que depende do agro, isso é um risco muito grande, chega a ser uma questão de segurança nacional e alimentar.

Parte relevante da queda recente de produção se deve à decisão da Petrobras de sair do setor de fertilizantes, após os problemas financeiros enfrentados pela empresa antes e depois da Operação Lava Jato.

Das 4 fábricas de nitrogenados da Petrobras, 2 - em

Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA) - foram arrendadas pelo grupo Unigel. As unidades retomaram a produção no ano passado, mas ficaram quase um ano paradas, contribuindo para a queda da produção nacional.

Em 2020, a Petrobras decidiu encerrar a produção de uma terceira fábrica de fertilizantes em Araucária (PR), mas era uma unidade que produzia pequenos volumes e de processo produtivo considerado problemático e ultrapassado.

A quarta unidade, de Três Lagoas (MS), foi vendida em fevereiro deste ano para o grupo russo Acron. A planta ainda está em construção, paralisada desde a época da Lava Jato, e agora há dúvidas se os compradores russos conseguirão concluir a obra, diante das sanções econômicas à Rússia, com bloqueio do sistema financeiro do país.

Em fósforo, a Vale vendeu suas minas de fosfato e fábricas de fósforo e ácido sulfúrico à empresa norte-americana Mosaic. Também atuam no setor as empresas privadas Yara e a Fertilizantes Tocantins, controlada atualmente pelo grupo russo com sede na Suíça EuroChem - outra fonte de preocupação por possíveis problemas de fluxo de caixa, devido às sanções.

Em potássio, o país possui uma pequena mina em atividade em Minas Gerais, operada pela brasileira Verde AgriTech.

Uma outra grande jazida foi identificada no Amazonas, mas era considerada inviável por agentes do mercado até recentemente, devido à dificuldade de viabilizar o financiamento para um investimento bilionário no meio da floresta amazônica e próximo a terras indígenas.

Agora, com a disparada dos preços globais de fertilizantes, ambientalistas e indígenas temem que o governo Bolsonaro aumente a pressão para viabilizar o projeto no coração da floresta.

Na quarta-feira (02/03), Bolsonaro já deu declarações nesse sentido. Nosso Projeto de Lei nº 191 de 2020 permite a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas, disse o presidente.

Com a guerra Rússia/Ucrânia, hoje corremos o risco da falta do potássio ou aumento do seu preço. Nossa segurança alimentar e agronegócio exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância.

Plano Nacional de Fertilizantes

Neste mês de março, é esperado ainda o lançamento

pelo governo de um Plano Nacional de Fertilizantes, que tem por objetivo reduzir a participação dos importados dos atuais 85% para 60% em 30 anos.

Ciro Marino, presidente-executivo da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), destaca, porém, que não há solução de curto prazo para a reindustrialização do setor.

A indústria química é uma indústria de longos ciclos. Não adianta pensarmos em nada para menos de oito ou dez anos. Ou seja, a crise que hoje temos de abastecimento de Rússia e Ucrânia não vai se resolver em um, dois anos, diz Marino.

Temos que ver o que aprendemos agora, olhando para frente. E para isso é preciso uma forte estratégia de Estado. A gente no Brasil fica muito sujeito a questões conjunturais, do governo de plantão, avalia. Nós, do ciclo longo, atravessamos dois, três governos até começar a vender o produto. Se não soubermos que Brasil vamos ter em oito ou dez anos, ninguém investe. Temos hoje uma crise de investimento.

Segundo o representante da Abiquim, mudar isso vai depender de uma política industrial, da redução dos custos de insumos como gás natural e energia elétrica e de uma **reforma tributária** que reduza os custos de produção. Com esse tripé e segurança jurídica, Marino avalia que o país tem todo o potencial para atrair investimentos privados ao setor.

E as exportações brasileiras à Rússia?

Mas e na outra ponta? Nas exportações, existe algum item que torne o Brasil dependente de suas relações com a Rússia?

A avaliação dos especialistas é que não. Com a Rússia representando apenas 0,6% do mercado externo brasileiro, essas exportações podem ser facilmente destinadas a outros países, avalia José Augusto de Castro, presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

Em 2021, o Brasil exportou US\$ 280 bilhões, então o US\$ 1,59 bilhão exportado à Rússia é um valor relativamente pequeno. É praticamente nada, considera Castro.

Entre os principais itens da pauta de exportação brasileira à Rússia estão soja, carne de frango, café, amendoim, açúcar e carne bovina.

São produtos que, se você não consegue exportar para a Rússia, você exporta para outros mercados. Então, a exportação não é o problema. Nosso problema é realmente a importação de fertilizantes,

conclui o especialista.

Notícias Relacionadas:

FOLHA ONLINE - SP

Guerra na Ucrânia: por que o Brasil depende tanto dos fertilizantes da Rússia?

PORTAL TERRA

Guerra na Ucrânia: por que o Brasil depende tanto dos fertilizantes da Rússia?

PORTAL UOL

Guerra na Ucrânia: por que o Brasil depende tanto dos fertilizantes da Rússia?

Site:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/03/03/guerra-na-ucrania-por-que-o-brasil-depender-tanto-dos-fertilizantes-da-russia.ghtml>

[illegible]

PIB per capita do Brasil deve voltar a cair neste ano e só recupera nível pré-crise em 2029, aponta FGV

Por Darlan Alvarenga, g1

Mesmo com o crescimento da economia brasileira em 2021 e a superação de boa parte das perdas de 2020, ainda deve levar mais 7 anos para a população brasileira recuperar a renda e o nível de riqueza que tinha em 2013 - último ano antes das últimas crises, quando foi registrada a melhor marca histórica do Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita no país.

A previsão é de levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) antecipado ao g1.

O resultado oficial do **PIB** e do **PIB** per capita de 2021 será divulgado nesta sexta-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os analistas estimam que a economia brasileira cresceu ao redor de 4,5%, após o tombo de 3,9% em 2020, enquanto que o **PIB** per capita cresceu um pouco menos.

O **PIB** per capita é o resultado da relação entre a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e o número de habitantes. Como o Brasil continua registrando crescimento populacional, quando há uma retração na economia, o nível de riqueza e renda da população costuma encolher de forma mais acentuada que o **PIB**.

Em outras palavras, o bolo ficou menor e passou a ter que ser dividido com mais pessoas, deixando o brasileiro mais pobre.

Veja quais atividades já retomaram o patamar pré-pandemia e quais ainda não. Renda média do trabalho cai 10,7% em 1 ano e atinge mínima histórica

O **PIB** per capita funciona como um termômetro para avaliar o bem estar e nível de renda de uma nação, apesar de suas limitações, devido às desigualdades do país e pelo fato das riquezas não serem distribuídas da mesma forma para toda a população.

Pelos cálculos do Ibre, o país precisaria crescer a um ritmo de pelo 3% ao ano daqui pra frente para retomar até 2026, ainda durante o próximo mandato

presidencial, o patamar de riqueza e renda que vigorava antes do abalo da recessão de 2014-2016. Cenário considerado atualmente quase impossível.

O cenário base estima que só em 2029 o **PIB** per capita irá recuperar o nível de 2013, mas, para isso, o país precisa manter uma taxa de crescimento média anual da economia de 2,4%.

A nossa projeção tem inclusive viés de baixa, uma vez que entendemos que 2022 e 2023 ainda serão anos difíceis. Voltar para uma média de crescimento de **PIB** de mais de 2% não é trivial. E, se a gente conseguir isso, é só em 2029 [que retoma o patamar pré-crise]. Ou seja, 16 anos depois do pico de 2013, afirma economista Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre e autora do levantamento.

A pesquisadora estima que o **PIB** per capita terminou 2021 ainda 1% menor que o registrado antes da pandemia (2019) e 7,7% abaixo da máxima histórica de 2013.

Os economistas do mercado financeiro projetam atualmente um avanço de apenas 0,30% do **PIB** em 2022 e de 1,50% em 2023, bem abaixo da média global.

Risco de nova queda em 2022

Com a economia ainda patinando, aumento da incerteza global com a guerra na Ucrânia e juros em trajetória de alta para conter a **inflação** impondo freios para uma retomada mais firme, há o risco do **PIB** per capita voltar a registrar queda em 2022, mesmo com crescimento da economia no ano.

O cenário esperado pelo Ibre para o **PIB** em 2022 é um pouco mais otimista que o da média do mercado, de crescimento de 0,60%, mas ainda assim insuficiente para evitar uma queda do **PIB** per capita no ano, estimada em -0,1%.

O **PIB** depende de com quantos você tem que dividir o bolo. No Brasil, a despeito do **PIB** ser baixo, a população ainda cresce. A expectativa do IBGE é que a população vai crescer em torno de 0,7% em 2022.

Como a nossa projeção para o **PIB** é de um avanço de 0,6%, esse cálculo mostra que infelizmente não tem bolo para todo mundo , explica Silvia Matos.

Na visão da economista, o que deve dar algum suporte à atividade econômica no ano deverá ser a continuidade do processo de normalização do setor de serviços, sobretudo nos segmentos de caráter mais presencial e de serviços públicos, em meio ao avanço da vacinação e flexibilização das medidas de restrição para conter a propagação do coronavírus.

O ano de 2022 começa com uma herança muito ruim em várias frentes. Fechamos 2021 com uma **inflação** extremamente alta, persistente e espalhada, o que desafio muito o Banco Central a subir mais os juros. Continuamos com preços de commodities e energia elevados no mundo, temos tensões geopolíticas e temos eleições domésticas, o que já torna o ano conturbado , destaca a pesquisadora do Ibre.

Os analistas têm alertado para um cenário de maior incerteza doméstica por conta do ano de eleições presidenciais.

Num cenário de eleição, o investimento é prejudicado porque precisa de previsibilidade. Não sabemos quem será o novo governo. O que poderia ter um crescimento um pouco melhor seria o consumo, mas os juros subindo e **inflação** ainda forte tiram poder de compra das famílias. Então, não tem muito espaço para um crescimento do **PIB** per capita neste ano , afirma Silvia.

Por ora, o Ibre projeta para 2023 um crescimento de 1,1% do **PIB** e avanço de 0,4% do **PIB** per capita.

Um avanço médio acima de 2% só é visto como possível a partir de 2024, o que corresponderia a um crescimento do **PIB** anual per capita em torno de 1,5%. Tal performance permitiria a atividade econômica retomar o nível o patamar do pico de 2013 a partir de 2024, ao passo que o padrão riqueza da população seria recuperado somente em 2029, com um delay de 5 anos em relação ao **PIB** em valores correntes em razão do crescimento populacional desde o início das crises.

Brasileiros empobrecidos

Apesar do **PIB** não ser dividido da mesma forma para todos os brasileiros, uma série de indicadores mostram o empobrecimento da população, aumento da desigualdade e perda do poder de compra por conta da **inflação**.

Dados do IBGE mostra quem a renda domiciliar per capita caiu para R\$ 1.367 em 2021 e que o rendimento

médio do trabalho encolheu 10,7% em 1 ano, para a mínima recorde de R\$ 2.447 no 4º trimestre do ano passado.

Já o salário médio de contratação encolheu para R\$ 1.921 em 2021 e teve a primeira queda em 5 anos.

Mesmo com a queda do desemprego nos últimos meses, a recuperação do mercado de trabalho tem sido liderada pelo aumento da informalidade e por ocupações precárias ou por conta própria - os chamados bicos, de remuneração menor e muito variável.

Não só estamos mais pobres em termos agregados, como observamos uma economia ainda sofrendo cicatrizes da crise da pandemia, pois o choque infelizmente é muito heterogêneo entre setores e trabalhadores. Portanto, é um cenário ainda muito desafiador voltarmos a um padrão de crescimento de renda e de consumo do pré-pandemia , destaca a coordenadora do Ibre.

Histórico de baixo crescimento

O maior desafio do Brasil é conseguir retomar uma trajetória de crescimento constante e sem interrupções.

É importante destacar que o fraco desempenho observado na última década não é resultado apenas da pandemia, mas também da dura recessão registrada entre o fim de 2014 e 2016 e da fraca retomada nos três anos seguintes.

De 1981 a 2021, a taxa de crescimento médio do **PIB** per capita foi de apenas 0,7% ano, de acordo com o levantamento do Ibre. A última década (2011 a 2020) foi a pior da história, com uma retração média de 0,6% ao ano, um resultado ainda pior que o registrado na década de 1980, quando o brasileiro ficou em média 0,4% mais pobre a cada ano. Considerando apenas o período de 2015 a 2020, a perda anual média foi de 2%.

Para o país romper o histórico de baixo crescimento e acelerar a retomada, a economista do Ibre lista a necessidade de uma agenda que incluía:

controle da **inflação** e consequente redução da taxa de juros e melhora do custo do crédito; equilíbrio das contas públicas e volta do registro de superávit primário por parte do governo (já são 8 anos seguidos de contas no vermelho); redução das incertezas políticas e fiscais; melhora da confiança de empresários e maior criação de vagas formais de trabalho; avanço da agenda de reformas como a tributária e da melhoria do ambiente de negócios

Não existe bala de prata para o crescimento econômico, mas o se Brasil destaca negativamente em vários aspectos. Reformas são difíceis de serem feitas porque sempre há perdedores, mas uma **reforma tributária** poderia ajudar muito a penalizar menos as empresas produtivas, assim como uma agenda de eficiência econômica, abertura comercial e de aumento da produtividade , diz Matos.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/03/pib-per-capita-do-brasil-deve-voltar-a-cair-neste-ano-e-so-recupera-nivel-pre-crisis-em-2029-aponta-fgv.ghtml>

Pacheco pauta votação de PLs



Raphael Felice

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que vai colocar em votação, na próxima semana, os dois projetos contra a escalada dos preços dos combustíveis: o PLP 11/2020 e o PL 1472/2021. Ambos os textos estão sob relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN).

"Mais do que nunca, diante do aumento do valor do barril de petróleo, precisamos tomar medidas que impeçam a elevação do preço dos combustíveis", publicou o senador nas redes sociais.

A votação estava marcada, inicialmente, para a semana passada, mas Pacheco adiou, após falta de consenso e um pedido de adiamento feito por parlamentares, como o senador Carlos Viana (MDB-MG), que demandaram mais tempo para discussão sobre o texto.

Com a escalada do preço do barril de petróleo ? chegou, ontem a US\$ 112,9 (leia reportagem nesta página) ?, aumenta a pressão sobre os parlamentares para aprovar os textos, principalmente em ano eleitoral.

Desde 2021, o governo busca uma solução para reduzir o preço dos combustíveis. Diante do insucesso do Executivo, o Congresso tomou a frente.

O relator Jean Paul Prates disse que as duas propostas precisam ser aprovadas com urgência, uma vez que os textos "só funcionam juntos". "Não pode, de jeito nenhum, sair um texto para a Câmara e o outro ficar travado no Senado", frisou.

O PLP 11/2020 propõe a alteração na forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é arrecadado pelos estados. A proposta é para que as alíquotas do tributo sejam

aplicadas sobre o litro do combustível e não mais por um percentual sobre o valor final da compra. A resistência dos governadores é grande ao projeto. Caso seja aprovado no Senado, o PLP, que tem o aval do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltará para apreciação dos deputados.

Prates também incluiu a ampliação do auxílio-gás, para 11 milhões de famílias. O governo federal tenta, ainda, acrescentar no projeto a desoneração do diesel. O senador disse ao Correio não ver problema em acatar emendas do Executivo que visam diminuir os **impostos** federais.

Já no PL 1472/2021, a novidade é a criação da Conta de Estabilização de Preços (CEP), que será administrada pelo Executivo e poderá usar receitas da tributação da exportação de petróleo. Segundo Prates, caso o texto seja aprovado no Congresso, o governo federal terá em mãos uma "caixa de ferramentas". A ideia é o governo utilizar o lucro extraordinário que obteve com royalties e dividendos da Petrobras. Segundo estimativa apresentada pelo relator, a cada R\$ 500 milhões que o governo depositar na conta, um centavo será amortizado nas bombas dos combustíveis.

"A proposta preserva o preço para o produtor do combustível, seja na refinaria, seja para o importador. A conta vai manter o preço do mercado, mas vai amortecer para o consumidor final. O quanto, quem vai decidir é o governo", frisou o parlamentar. "Quanto mais dinheiro ele tiver na conta, mais ele vai amortecer o preço. Se ele botar R\$ 50 bilhões na conta daqui até dezembro, o governo consegue amortecer o preço em torno de R\$ 1 a R\$ 1,50 na bomba", acrescentou.

Com alta do petróleo, defasagem do preço da gasolina já é de 24%

FERNANDA NUNES

A defasagem entre os preços cobrados pela Petrobras e os das principais bolsas de negociação do mundo chegou a 24%, para a gasolina, e 27%, para o óleo diesel, segundo cálculo do consultor em Gerenciamento de Risco da consultoria Stonex, Pedro Shinzato. Ontem, o preço do barril do petróleo alcançou a cotação de US\$ 112,9.

Para evitar que a alta da commodity corra seu caixa, a Petrobras recorre aos estoques comprados há cerca de dois meses, a preços mais baixos. O risco é que a reserva acabe e o abastecimento interno seja afetado.

O tema é discutido pela direção da empresa, que se reuniu ontem pela manhã para acompanhar de perto as oscilações do petróleo e tentar definir o próximo passo.

Se decidisse repassar integralmente a alta do petróleo para os seus clientes, o preço do litro da gasolina nos postos poderia subir de R\$ 6,56 para R\$ 7,15 e o do óleo diesel, de R\$ 5,65 para R\$ 6,64. As altas nas bombas seriam, portanto, de 9% e 17%, respectivamente, pelas contas de Shinzato, que desconsiderou possíveis mudanças em outras componentes do preço de consumidor, como **impostos**.

"Desde o início do ano, a Petrobras vem continuamente mantendo preços ligeiramente abaixo do PPI (de equiparação ao mercado internacional). Essa diferença coloca em xeque a política de preços da empresa", afirma. Parte do resultado recorde de R\$ 106 bilhões de 2021 ocorreu em função do repasse da alta do petróleo no mercado externo para o interno.

Luciano Losekann, especialista em petróleo e professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), diz que o cenário é de incerteza, mas que dificilmente o barril será negociado em patamar inferior a US\$ 100 nos próximos dias.

"Como já tem um mês desde o último reajuste, devemos ter um aumento nos próximos dias, embora acredite que a Petrobras não repasse a alta integral aos consumidores, num primeiro momento." **DEPENDÊNCIA.** Para deixar o cenário ainda mais complicado, a companhia perdeu a contribuição dos

demais importadores para atender ao mercado interno. Apesar de o Brasil ser superavitário em petróleo, possui déficit em refino e, por isso, o consumo interno é coberto também com importação.

No caso do diesel, a dependência de outros países é grande, de 25%. Como os preços da Petrobras se mantêm inalterados desde o início do ano, a concorrência, sem capacidade de competir, cruzou os braços e, desde janeiro, não fornece uma gota de gasolina ou diesel.

Em contrapartida, a demanda continua crescendo, como acontece desde 2020. A importação por terceiros está inviabilizada, segundo o presidente da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

Isso significa que, praticamente, toda responsabilidade de fornecimento de combustíveis está com a Petrobras e que, se alguém tiver que pagar a conta pela alta do petróleo no Brasil, será a empresa.

O tamanho da conta vai depender do reajuste que vai anunciar.

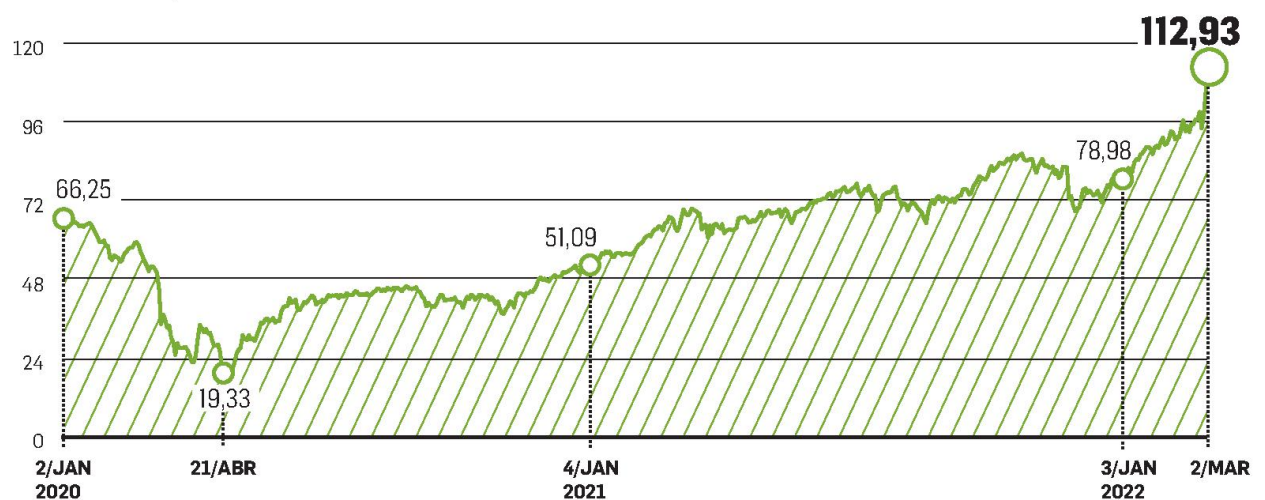
COTAÇÕES. Ontem, contratos do petróleo seguiram o ritmo de valorização visto nos últimos dias e voltaram a registrar forte valorização. O Brent para maio - negociado em Londres e o padrão utilizado pela Petrobras - fechou em alta de 7,58%, a US\$ 112,93 o barril, no maior valor desde 2014. Em Nova York, o WTI para abril teve ganho de 6,95%, cotado a US\$ 110,60 - maior patamar desde 2011.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TRAJETÓRIA ASCENDENTE

Petróleo subiu quase 500% desde que atingiu US\$ 19,33, o menor patamar da pandemia, em abril de 2020

VALOR DO BARRIL, EM DÓLARES



FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Custo de energia para pobres é maior no Brasil - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Uma condenação histórica



Ao fim de três dias de debates, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou a Rússia, ontem, por maioria esmagadora, pela invasão da Ucrânia, que entra hoje no oitavo dia. Foram 141 votos a favor, cinco contra e 35 abstenções. Apesar de o presidente Jair Bolsonaro insistir que seu governo permanecerá "na neutralidade" em relação à guerra deflagrada pelo russo Vladimir Putin, o Brasil votou pela aprovação da resolução, que exige a retirada das tropas de Moscou do território ucraniano e "deplora" a agressão infligida ao país vizinho.

"A mensagem da Assembleia Geral é alta e clara", ressaltou o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres. "Acabem com as hostilidades na Ucrânia agora. Abram a porta para o diálogo e a diplomacia agora", acrescentou. O representante da União Europeia enfatizou que o resultado mostra o isolamento de Putin no cenário internacional. "A Rússia optou pela agressão. O mundo pela paz", assinalou o representante da União Europeia, Olof Skoog. De fato, é expressivo o aumento da censura a Moscou em relação a episódios anteriores. Há oito anos, a Assembleia Geral, que reúne 193 países, também aprovou uma resolução contra a Rússia, daquela vez, condenando a anexação da Crimeia, até então parte da Ucrânia. Na ocasião, 100 nações apoiaram a medida, 11 foram contra e 58 se abstiveram.

Apesar de todo o simbolismo, a Assembleia Geral não pode aplicar medidas concretas, como sanções, contra a Rússia. Apenas o Conselho de Segurança, integrado por 15 países (cinco com assentos permanentes e 10 rotativos), teria esse poder. Na semana passada, a maioria deles aprovou resolução semelhante, mas, como membro efetivo, Moscou usou seu poder de veto.

Na votação de ontem, a Rússia obteve o apoio de Belarus, Coreia do Norte, Eritreia e Síria contra a resolução. A China ficou entre os 35 países que se

abstiveram, ao lado, entre outros, de Cuba, El Salvador, Índia, África do Sul, Irã, Cazaquistão e Nicarágua. A Venezuela, aliada de Moscou, não pôde votar devido ao não pagamento de sua contribuição à ONU. A dívida de Caracas se aproxima de US\$ 40 milhões.

Extermínio

Um dos últimos a falar na sessão, de uma lista de quase 120 oradores, o embaixador da Ucrânia na ONU, Sergiy Kyslytsya, acusou o "regime criminoso" de Vladimir Putin de querer aniquilar seu país. "Está claro que o objetivo da Rússia não é apenas a ocupação. É o genocídio", disse o ucraniano. "Vieram privar a Ucrânia do próprio direito de existir." A embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Linda Thomas-Greenfield, descreveu o conflito como "injusto e desnecessário". Ela denunciou que a Rússia estava preparando um aumento na ofensiva. "Vimos vídeos de forças russas transportando armas excepcionalmente letais, que não têm lugar no campo de batalha, incluindo bombas de fragmentação e bombas a vácuo", disse ela, referindo-se a arsenal proibido pela Convenção de Genebra.

A maioria dos oradores condenou inequivocamente a guerra, a insegurança e os riscos de escalada do conflito armado em um mundo que começava a se recuperar dos estragos devastadores da pandemia de covid-19, como evidenciado pela disparada dos preços das matérias-primas, particularmente do gás, do petróleo, níquel e alumínio, que podem alimentar ainda mais a inflação.

Legítima defesa

A Rússia insistiu na tese da "legítima defesa" ao justificar a operação, afirmando que seus alvos não são civis, apesar dos levantamentos de mortos e feridos demonstrarem um grande número de vítimas? 2 mil óbitos, de acordo com as autoridades ucranianas. Sem contar da onda migratória provocada pelos ataques. Segundo a ONU, mais de 874 mil ucranianos foram forçados a deixar o país em busca de um lugar seguro.

Ao pedir voto contra a censura, o embaixador russo Vasili Nebenzia disse ainda que a maioria dos países sofre pressão das potências ocidentais para condenar Moscou. Nebenzia acusou o governo do presidente Volodymyr Zelensky de usar civis como escudo e de perseguir a própria população. "Votar contra a

resolução é votar por uma Ucrânia livre do radicalismo e do neonazismo." Na última semana, a Europa e os Estados Unidos adotaram uma enxurrada de sanções para isolar a Rússia e sufocar sua economia, de forma que não disponha de recursos para financiar a guerra. Novas punições são estudadas pelo G7, grupo que reúne os países mais industrializados do mundo. Ao se manifestar, Valentin Rybakov, o representante de Belarus, um dos aliados mais fiéis de Moscou, chamou essas ações de "terrorismo econômico".

Bolsonaro reduz o papel do Brasil na crise ucraniana - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

O voto favorável do Brasil à resolução das Nações Unidas contra a Rússia é um gesto importante da diplomacia brasileira, historicamente defensora da negociação na resolução de conflitos internacionais. Desde o início da guerra na Ucrânia, o Itamaraty tem adotado cautela no posicionamento em relação à Rússia. Após as declarações constrangedoras de Bolsonaro sobre Vladimir Putin e a ofensiva das tropas russas, o Brasil tenta obter uma posição que vá ao encontro do sentimento da comunidade internacional, sem prejudicar os interesses nacionais na relação com a Rússia e a Ucrânia. Até aqui, tudo bem. A questão é que não há como deixar o embaixador Ronaldo Costa Filho, representante do Brasil na ONU, ser o único porta-voz do Brasil sobre a questão ucraniana.

Os líderes mais importantes do mundo têm se manifestado quase diariamente sobre os acontecimentos no Leste Europeu. Mais do que palavras fortes, eles agem: organizam sanções econômicas, enviam armamentos para a Ucrânia, manifestam apoio ao povo ucraniano e ao presidente Zelensky pela coragem de enfrentar a segunda maior potência militar do mundo. Até o dirigente chinês Xi Jinping, aliado histórico da Rússia, está empenhado em mediar uma solução negociada entre Moscou e Kiev, dando mostras de que é preciso buscar o cessar-fogo.

Enquanto isso, o presidente Bolsonaro se isola. Afirma que a posição do Brasil é de "neutralidade", critica a suposta inexperiência de Zelensky, um ex-comediante. Com essa postura, Bolsonaro abre mão de se posicionar como chefe de Estado, diminuindo o papel o Brasil na comunidade internacional. Repete o erro

que cometeu na pandemia. Afirma que as razões econômicas são importantes, quando o mais importante neste momento é interromper a perda de vidas provocadas por um ato de guerra.

Fundo eleitoral

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma os trabalhos pós-carnaval com a expectativa de definir o julgamento sobre o Fundo Eleitoral para 2022. O placar está favorável à manutenção do fundo de R\$ 4,9 bilhões. O relator André Mendonça proferiu voto pelo retorno ao valor de R\$ 2 bilhões mais a correção pela **inflação**, mas o placar está desfavorável ao parecer do ministro: 5 a 1. Votaram pela divergência, entre outros ministros, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, respectivamente o ex, o atual e o futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Propaganda, não

A Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) informou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que não vê propaganda antecipada do presidente Jair Bolsonaro (PL) no evento de lançamento de linhas de crédito para aquicultura e pesca no Palácio do Planalto em janeiro. Durante a cerimônia, transmitida ao vivo pela TV Brasil, Bolsonaro chamou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de "criminoso" e disse que o petista já está "loteando ministérios". A manifestação da PGE foi enviada por ocasião de uma representação movida pelo PT, que acusa o presidente de usar a estrutura pública para fazer campanha negativa contra Lula.

Ação suspensa

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu, nesta quarta, uma liminar para suspender o andamento da última ação penal que ainda pesa contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Justiça Federal de Brasília. O caso envolve a compra de 36 caças Gripen pelo Ministério da Defesa. A suspensão deve durar até que o plenário do Supremo julgue o mérito de um pedido de trancamento definitivo da ação, feito pela defesa de Lula no âmbito de uma reclamação que trata das conversas colhidas pela Polícia Federal na Spoofing. A operação apura a invasão dos aparelhos celulares de diversas

autoridades da República.

A convite

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, desconversou nesta quarta-feira sobre a possibilidade de ser candidata a vice do presidente Jair Bolsonaro nas eleições de outubro. "Como eu posso ser candidata à vice? Não existe candidatura à vice, existe convite. Isso o presidente Bolsonaro vai fazer na hora que ele entender e à pessoa que ele achar. Nunca conversei, já cansei de dizer isso. É muito bom ter nome lembrado", afirmou em entrevista à CNN.

Saúde pós-covid

O Ministério da Saúde vai direcionar R\$ 13,8 milhões para reforçar a Atenção Primária de Saúde (APS) para pacientes com sintomas pós-covid na Região Centro-Oeste. Esses recursos serão aplicados na contratação de profissionais e na construção e reforma de instalações adequadas para esse tipo de atendimento. Cansaço, falta de ar aos esforços, tosse, dor torácica, perda de olfato e paladar, cefaleia, tontura, alterações de memória, ansiedade e depressão são alguns dos sintomas mais comuns relacionados às condições pós-Covid. Estima-se que 30 a 75% dos pacientes apresentam alguma manifestação pós-Covid.

Correnteza

Frequentemente fotografado a bordo de um jet-ski, o presidente Bolsonaro tem um motivo a mais para praticar esportes náuticos. O governo federal zerou as alíquotas de importação para jet-skis, balões e dirigíveis. A medida entrará em vigor em dez dias. Antes da publicação, o imposto de importação cobrado estava em 18%.

Guerra empurra a inflação para cima

ROSANA HESSEL

A guerra na Ucrânia vem afetando os preços das commodities negociadas no mercado global e acendeu o alerta para a volta das pressões inflacionárias, tanto dos alimentos quanto dos combustíveis ? que têm pesos importantes nos indicadores que medem a carestia. Analistas salientam que, antes, previam um recuo maior no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ? que mede a inflação oficial ? neste ano por conta da recente queda do dólar, que vem ocorrendo devido à forte entrada de capital estrangeiro em busca de ações baratas e dos juros de dois dígitos pagos pelos títulos públicos.

Depois da eclosão do conflito entre russos e ucranianos, esses mesmos analistas refazem os cálculos do IPCA para incluir a recente disparada dos preços. A alta dos preços das commodities pode se disseminar, elevando o custo do consumidor do pãozinho, do macarrão, da carne, além da gasolina e do diesel nas bombas, encarecendo o frete. Segundo eles, o IPCA deverá encerrar o ano acima de 6%, podendo ultrapassar 6,5%, além da mediana das previsões do mercado ? em 5,6%.

As novas estimativas para o índice são preliminares, pois não se sabe a duração da guerra e o estrago que fará nos preços das commodities. O petróleo tipo Brent, negociado em Londres, encerrou o dia com alta de 7,58%, cotado a US\$ 112,92 o barril. Em 12 meses, teve um salto superior a 80%.

Os preços do trigo, do milho e da soja também dispararam. De acordo com especialistas, a cada 10% de alta no preço do milho, por exemplo, há 2% de aumento do custo dos produtores de carne animal.

O economista André Braz, coordenador do núcleo de preços ao consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), destacou que é cedo para saber o impacto no IPCA, mas reconheceu que "não haverá trégua na inflação neste ano". Por ora, ele eleva de 5,8% para 6,2% a previsão para a inflação oficial de 2022.

"É difícil estimar o impacto dessa guerra, porque o efeito é muito disseminado. Começa no preço do petróleo, passa para o combustível nas bombas, vai para toda a cadeia de derivados, como resinas plásticas, que afetam grande parte da indústria. Depois, temos que considerar os grãos: milho, soja e trigo dispararam e isso afeta a cadeia de alimentos em

uma proporção que os analistas do mercado não haviam considerado", explicou Braz.

Cenário desafiador

Conforme disse, o cenário era desafiador por conta das eleições no Brasil, mas a guerra trouxe danos que serão difíceis de serem superados ao longo do ano. "Já começo a imaginar um cenário com inflação acima de 6,2% para a acomodação dos impactos do conflito na Ucrânia. Mas ainda não sabemos se pode piorar", alertou.

Carlos Thadeu de Freitas Gomes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), disse que, recentemente, por conta da valorização do dólar ? que chegou a ficar abaixo de R\$ 5 ?, tinha reduzido as projeções do IPCA no fim deste ano para algo entre 5% e 5,5%. "Fizemos um cálculo preliminar do impacto da guerra sobre os preços das commodities. Deve dar um impulso no IPCA de, pelo menos, 0,50 ponto percentual e voltamos a prever 6% de alta no indicador no fim do ano", disse. Para ele, "a guerra deve acabar logo", mas admitiu que se o conflito se estender, o impacto inflacionário poderá ser bem maior.

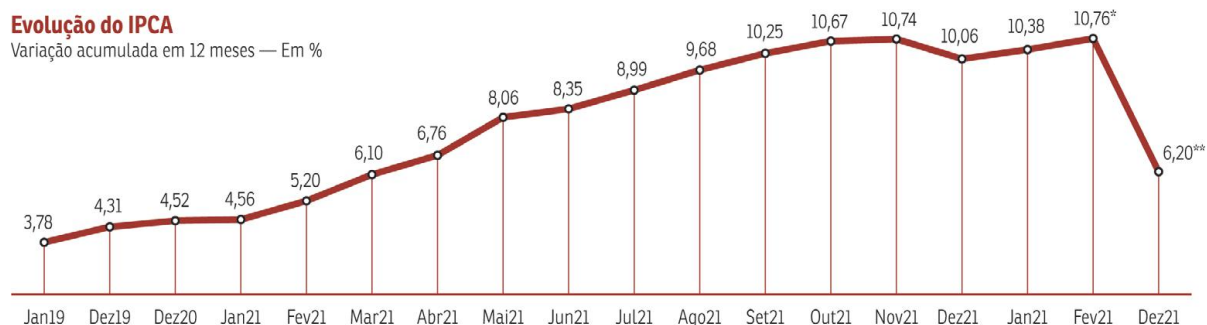
Diretor de Estratégias Públicas do Grupo Mongeral Aegon (MAG), Arnaldo Lima lembrou que, além de ser uma catástrofe humanitária, o conflito deve "gerar efeitos danosos sobre a economia mundial e a brasileira". "No caso dos alimentos, Rússia e Ucrânia exportam quase um terço do trigo no mundo (28%) e um quinto do milho (18%). Apesar de o Brasil importar a maior parte do trigo da Argentina, ainda assim poderemos sofrer impactos diante de uma interrupção do fornecimento global e da queda nas exportações russas e ucranianas. Até o pãozinho pode ficar mais caro", destacou Lima, que ainda prevê alta de 5,6% para o IPCA deste ano. "Estamos aguardando os desdobramentos para fazermos atualizações", salientou.

Sob pressão

A disparada no preço das commodities acende alerta para o descontrole inflacionário, uma vez que o impacto no IPCA deste ano será inevitável, apesar da recente queda do dólar

Evolução do IPCA

Variação acumulada em 12 meses — Em %



*Dado do IPCA-15

** Nova previsão do FGV Ibre após a disparada das commodities

0,50 ponto percentual

impacto inicial da guerra nas projeções de inflação deste ano, pelas estimativas preliminares da CNC.

US\$ 112,92

valor do barril do petróleo tipo Brent negociado em Londres, ontem, após subir 7,58% sobre a véspera.

80,09%

alta do barril do petróleo tipo Brent, nos últimos 12 meses até ontem, em relação aos US\$ 62,70 cotados em 2 de março de 2021.

5%

teto da meta de inflação para este ano determinada pelo CMN.

5,6%

mediana das projeções do mercado reunidas no boletim Focus, do Banco Central.

Histórico de metas de inflação

Neste ano, o Banco Central deverá descumprir o objetivo pela sétima vez desde o início do regime de metas, em 1999, pelas estimativas do mercado, antes da inclusão dos efeitos da guerra

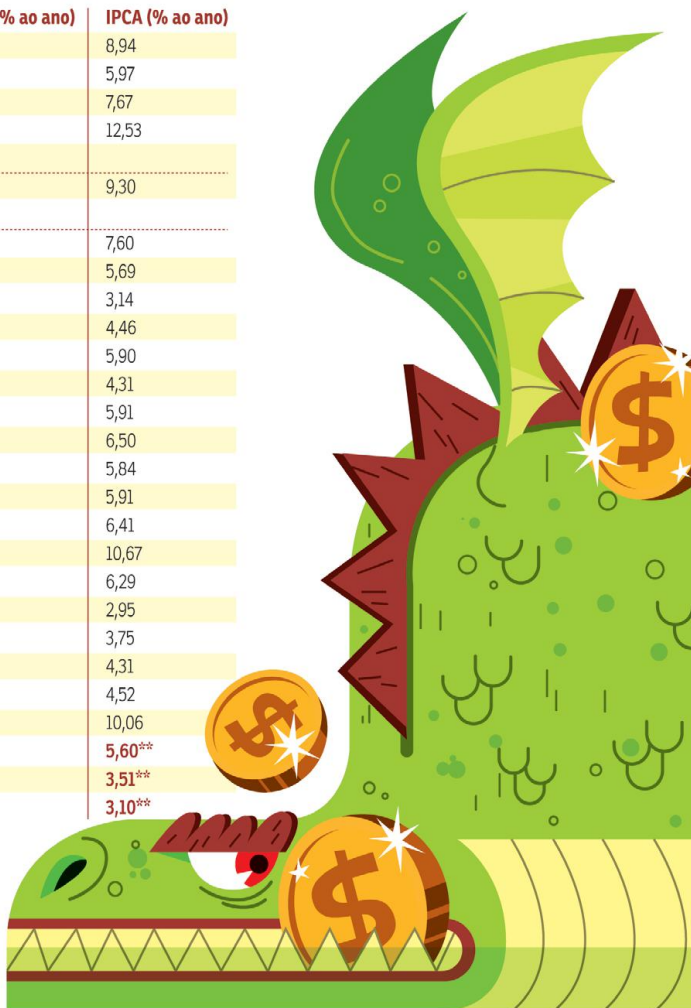
Ano	Meta (% ao ano)	Banda (p.p.)	Piso-Teto (% ao ano)	IPCA (% ao ano)
1999	8,00	6,00	-10,00	8,94
2000	6,00	4,00	-8,00	5,97
2001	4,00	2,00	-6,00	7,67
2002	3,50	1,50	-5,50	12,53
2003*	3,25	1,250	5,25	
	4,00	1,50	-6,50	9,30
2004*	3,75	1,25	-6,25	
	5,50	3,00	-8,00	7,60
2005	4,50	2,00	-7,00	5,69
2006	4,50	2,50	-6,50	3,14
2007	4,50	2,50	-6,50	4,46
2008	4,50	2,50	-6,50	5,90
2009	4,50	2,50	-6,50	4,31
2010	4,50	2,50	-6,50	5,91
2011	4,50	2,50	-6,50	6,50
2012	4,50	2,50	-6,50	5,84
2013	4,50	2,50	-6,50	5,91
2014	4,50	2,50	-6,50	6,41
2015	4,50	2,50	-6,50	10,67
2016	4,50	2,50	-6,50	6,29
2017	4,50	3,00	-6,00	2,95
2018	4,50	3,00	-6,00	3,75
2019	4,50	2,75	-5,75	4,31
2020	4,00	2,50	-5,50	4,52
2021	3,75	2,25	-5,25	10,06
2022	3,50	2,00	-5,00	5,60**
2023	3,25	1,75	-4,75	3,51**
2024	3,00	1,50	-4,50	3,10**

**Mediana das previsões do boletim Focus, do Banco Central, do último dia 25.

* A Carta Aberta de 21/1/2003 estabeleceu metas ajustadas de 8,5%, para 2003, e de 5,5%, para 2004

Obs: A inflação ficou fora do intervalo de tolerância em seis anos: 2001, 2002, 2003, 2015, 2017 e 2021 e poderá estourar o teto neste ano e nos dois seguintes pelas projeções do mercado.

Fontes: IBGE, FGV Ibre, CNC, Grupo MAG e Banco Central



Com alta do petróleo, Pacheco pauta projetos que tentam conter preços

Danielle Brant

Em meio ao impacto da guerra na Ucrânia sobre o barril do petróleo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou nesta quarta (2) que colocou na pauta de votação da Casa que comanda o pacote de projetos de lei que busca a reduzir o preço dos combustíveis.

Pacheco comunicou a decisão em uma rede social. "Na próxima semana, os dois projetos de lei que trazem medidas para controlar a escalada dos preços de combustíveis (PLP11/2020 e PL 14 72/2021) estarão na pauta do Senado", disse.

"Mais do que nunca, diante do aumento do valor do barril de petróleo, precisamos tomar medidas que impeçam a elevação do preço dos combustíveis." A invasão da Ucrânia pela Rússia e o impacto das sanções contra o país comandado por Vladimir Putin levaram o barril do petróleo a superar US\$ 110 nesta quarta pela primeira vez desde 2014. O aumento deve pressionar os preços de combustíveis no país e servirá como teste sobre a resistência da Petrobras com sua política de reajustes.

O Senado tenta votar dois projetos para amenizar as altas, mas impasse com governadores tem retardado a apreciação dos textos. Na semana passada, a votação foi adiada por Pacheco após senadores pedirem mais tempo para discutir as propostas, relatadas pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN).

Ele também se manifestou nesta quarta sobre a alta de preços e destacou a cotação de US\$ 114 do barril de petróleo. "O petróleo tipo Brent, referência no mercado internacional, teve alta de 8,38% e na manhã desta quarta estava cotado a US\$ 113,77. É urgente a aprovação dos projetos que podem baixar os preços de combustíveis e do gás de cozinha no Brasil", escreveu em uma rede social.

No dia 22, o senador apresentou novos pareceres para os dois projetos de lei, nos quais recuou em alguns pontos importantes na busca de construir um acordo para a votação, mas não conseguiu obter consenso no Senado.

Um dos projetos prevê a criação de uma conta de estabilização usada para amortecer oscilações nos

preços dos combustíveis, em especial devido a variações nos valores internacionais do petróleo. As fontes de financiamento seriam receitas com royalties de petróleo, participações especiais e dividendos pagos pela Petrobras à União.

O outro estabelece que os estados terão a opção de criar uma alíquota única de ICMS sobre os combustíveis. Mas, enquanto isso não for implementado pelos governadores, o imposto sobre o diesel e o biodiesel deverá ser cobrado sobre uma base de cálculo definida, obtida pela média móvel dos últimos cinco anos.

A regra, tratada como uma "transição", valerá até 31 de dezembro de 2022. Na prática, o texto atua de forma mais contundente para que os governadores mexam na estrutura do imposto.

Em outubro do ano passado, a Câmara aprovou um texto que previa a cobrança das alíquotas de ICMS com base na média de preços dos dois anos anteriores -como foi aprovado em 2021, a base de cálculo seria 2019 e 2020. O projeto também determinava a adoção das alíquotas cobradas por litro consumido (modelo "ad rem").

Jean Paul, no entanto, descartou inicialmente a versão aprovada pelos deputados, argumentando que poderia haver vício de inconstitucionalidade, por invadir a autonomia dos estados.

O Senado, Casa legislativa mais próxima aos governadores, havia considerado o texto da Câmara invasivo em relação às prerrogativas dos estados. Por isso, o projeto de lei acabou inicialmente sendo colocado na geladeira. Após a alta da **inflação** e a cobrança pública do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o presidente do Senado decidiu articular para avançar nas propostas e tentar conter novas altas.

A alíquota única, quando implementada, deverá ser aplicada sobre gasolina, diesel, etanol e gás de cozinha. Na mudança mais recente, o senador Jean Paul Prates também incluiu o querosene para aviação. Embora unificadas entre os estados, as alíquotas poderão ser diferenciadas por tipo de combustível, de acordo com o texto.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49838&anchor=6451183&pd=7647c33bace62f428c1b6349c286936a>

Bolsonaro usa guerra para defender mineração em terras indígenas

Ricardo Delia Coletta

O presidente Jair Bolsonaro (PL) utilizou nesta quarta-feira (2) a possível escassez de fertilizantes causada pela guerra na Ucrânia para defender a mineração em terras indígenas.

"Em 2016, como deputado, discurssei sobre nossa dependência do potássio da Rússia. Citei três problemas: ambiental, indígena e a quem pertencia o direito exploratório na foz do rio Madeira (existem jazidas também em outras regiões do país)", escreveu Bolsonaro no Twitter.

A Rússia é o segundo maior produtor mundial de potássio e responde por cerca de 19% do mercado internacional.

"Nosso projeto de lei nº 191 de 2020, "permite a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas". Uma vez aprovado, resolve-se um desses problemas", disse o presidente.

"Com a guerra Rússia/Ucrânia, hoje corremos o risco da falta do potássio ou aumento do seu preço. Nossa segurança alimentar e agronegócio (economia) exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância." Com a eclosão do conflito no Leste Europeu, entrou no radar do governo Bolsonaro a preocupação com a possível falta de fertilizantes - também os nitrogenados e fosfatados.

A Rússia é um importante exportador desses produtos.

Em 2021, 62% do total importado pelo Brasil da Rússia foram adubos ou fertilizantes químicos (no equivalente a US\$ 3,5 bilhões).

Há dois focos de preocupação no Planalto: a interrupção do fluxo de navios cargueiros saindo dos portos russos e os impactos das sanções do Ocidente contra Moscou.

Com parte das punições focando o sistema bancário russo, o governo receia que importadores brasileiros tenham dificuldade de processar pagamentos.

A tendência é que a busca por fornecedores e rotas alternativas para a aquisição de fertilizantes encareça

esses produtos, com impactos diretos sobre a inflação.

Apesar da fala de Bolsonaro, especialistas no setor apontam problemas na proposta. Eles dizem que, embora a possível incidência de potássio na Amazônia esteja registrada há décadas, ele se encontra em condições de difícil extração.

A atividade de extração na Amazônia representaria danos ambientais de grande impacto.

Além do mais, a viabilização desse tipo de empreendimento demandaria, durante anos, grandes investimentos na parte de extração e de logística, o que provavelmente tomaria o potássio obtido na região mais caro do que o de competidores internacionais.

Hoje, além da Rússia, o insumo é exportado por países como Canadá, Alemanha e Israel.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49838&anchor=6451183&pd=7647c33bace62f428c1b6349c286936a>

Guerras financeiras vão precisar de clareza institucional

Rodrigo Tavares

Boicotes comerciais são recorrentes. Após o Massacre de Santa Cruz, no Timor-Leste, em 1991, Portugal boicotou a importação de produtos indonésios. Na década de 1980, mais de 200 empresas americanas cortaram os elos comerciais com a África do Sul, em protesto contra o apartheid. O Boston Tea Party, de 1773, uma ação de protesto comercial, serviu de estopim da Independência dos EUA.

Mas, no atual contexto hiperglobalizado e conectado, boicotes comerciais e financeiros deixam de ser manifestações de desagrado e atingem proporções apocalípticas. Sem enviarem um único soldado para o teatro de guerra, países ocidentais estão sufocando a economia russa e neutralizando os privilégios pessoais de Putin e de sua entourage por meio de boicotes comerciais, sanções econômicas e desinvestimentos financeiros. O presidente russo poderia estar pronto para a Terceira Guerra Mundial, mas não estava preparado para a primeira guerra mundial financeira.

Esses instrumentos de oposição econômico-financeira têm sido eficientes como argumento de guerra. Mas são mais reativos do que morfológicos, mais voltados para a mudança curto-prazista do que para transformações estruturais, mais moralistas e espontâneos do que racionais e prudentes. Na última semana, em pequenos grupos de Telegram dos quais faço parte, representantes de governos e de think-tanks europeus perguntavam que outros tipos de sanção poderiam aplicar ou propor, como se a guerra fosse um jogo de tabuleiro.

Além disso, o boicote pode também prejudicar o boicotador. A BP, que decidiu vender os 20% que detinha na gigante petroleira Rosneft, irá perder dinheiro com a saída atabalhoada e apressada. A Shell e a Equinor anunciaram também vendas repentinas de ativos russos.

Como comparação, a decisão da francesa Total de abandonar as suas operações em Mianmar, devido à violação dos direitos humanos, anunciada o mês passado, demorou cerca de dois anos a tomar. A limitação de circulação de produtos e capitais russos levará à **inflação** dos preços e à distorção do valor de várias moedas nos mercados globais.

Há também o risco de os boicotes de 2022 proporcionarem uma leitura oportunista. Putin era Putin quando realizou uma "intervenção militar humanitária" na Geórgia em 2008, quando anexou a Crimeia e Sevastopol em 2014, quando interveio na Revolução Ucraniana de 2014, quando usou gás sarin na Síria em 2017, ou quando envenenou opositores políticos como Alexei Navalny, em 2020.

A comunidade internacional sempre reagiu com alguma indiferença de atos, apesar da querela verbal. O Putin déspota de hoje não é diferente do Putin dos últimos 20 anos. Quantos chefes de Estado ocidentais aceitaram ser recebidos com honras de Estado no Kremlin no período?

Há também espaço para inconsistências. Nesta semana, a Suíça quebrou a sua neutralidade histórica e bancos privados aceitaram congelar bilhões de dólares de fortunas de oligarcas russos. Mas continuam a aceitar gerir os ativos de ditadores asiáticos e latino-americanos ou de senhores de guerra africanos, apesar das sanções internacionais.

A Shell decidiu vender os 28% que detém na instalação de gás natural liquefeito Sa-khalin-2, na Rússia, mas explora o campo Dragón, localizado no norte da Venezuela, em parceria com a estatal PDVSA. A Equinor anunciou que irá sair de suas joint ventures na Rússia, mas tem uma licença de exploração de gás natural em Cocuina, também no norte do país latino-americano. O dano que Putin inflige aos ucranianos é mais grave do que o estrago aplicado por Maduro aos venezuelanos?

Além das petroleiras ocidentais, vários investidores de porte como o USS, Storebrand, o fundo soberano da Noruega, KLP ou a Church of England anunciaram desinvestimentos em ativos russos, tanto de dívida quanto de equity. Mas desinvestir significa vender. E quem vende tem que ter um comprador. Como demonstram dezenas de estudos em finanças sustentáveis, se o objetivo é promover a mudança positiva, é mais fácil fazê-lo como acionista do que simplesmente vendendo ativos a um comprador que potencialmente não tem inclinações para a preservação ambiental, o bem-estar social ou a boa governança corporativa (ESG).

Ademais, o bloqueio das reservas internacionais do

banco central da Rússia (40% estão na Europa e nos EUA), sem uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, é uma medida difícil de justificar à luz do direito internacional e abre um precedente preocupante que pode ser usado perniciosamente e discricionariamente em contextos geo-políticos menos consensuais.

E quais critérios devem ser utilizados para pôr fim à utilização desse arsenal financeiro contra a Rússia? O que levará a comunidade política, diplomática, esportiva, econômica e financeira a terminar os boicotes e sanções? O fim da guerra? Em que termos? A queda de Putin? A melhoria dos índices democráticos na Rússia? Os critérios não existem ou são vagos, dando azo a possíveis contradições e arbítrios nos próximos meses.

Infelizmente, quando as armas se calarem, a comunidade internacional, também em silêncio, deverá começar a restabelecer o selos econômicos com a Rússia, sem que transformações estruturais sejam realizadas.

A guerra mundial financeira é justificada e justa (*jus ad bellum*), mas está a comunidade internacional verdadeiramente preparada para travá-la? A guerra convencional armada é condicionada por tratados internacionais, como as Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais de 1949, que tentam impedir a barbarie. As novas guerras financeiras também precisarão de clareza institucional e congruência legal, para impedir a discricionariedade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49838&anchor=6451183&pd=7647c33bace62f428c1b6349c286936a>

Bolsa avança 1,8% e dólar recua a R\$ 5,10, apesar da guerra

Apoiados na recuperação dos mercados internacionais, os ativos nacionais tiveram um bom desempenho ontem, na volta do feriado do carnaval, apesar da guerra entre Rússia e Ucrânia, que já entra em seu sétimo dia. A Bolsa brasileira (B3) seguiu o comportamento do exterior e subiu 1,80%, aos 115.173,61, enquanto, no câmbio, o dólar teve queda de 0,94%, a R\$ 5,1073.

No exterior, o dia também foi favorável, os mercados da Europa fecharam em alta, com destaque para o ganho de 1,36% da Bolsa de Londres. Em Nova York, os ganhos foram ainda maiores, com Dow Jones subindo 1,79%, S P 500, 1,86% e o Nasdaq, 1,62%.

Edward Moya, analista da Oanda, diz que as ações se recuperaram na esperança de que as sanções aplicadas pelo Ocidente possam estar surtindo efeito na Rússia. No entanto, o "apetite ao risco terá dificuldades para se recuperar completamente até que um verdadeiro fim da guerra na Ucrânia esteja à vista".

Os investidores ainda esperam uma saída diplomática. "A situação que se tem hoje é muito complexa, e o mercado talvez esteja sendo um pouco negligente", diz Rodrigo Natali, diretor de estratégia da Inversa.

"O conflito é sério e pode se tornar ainda mais sério. Há muito otimismo quanto à chance de uma conversa sobre cessar-fogo. Mesmo as sanções anunciadas, especialmente a exclusão de bancos russos do Swift, têm algum grau de dificuldade na implementação - fala-se em até 10 dias para que seja operacionalizada. Há impressão de que Putin já desejaria um cessar-fogo por não aguentar a asfixia financeira.

Mas não parece ter atingido seus objetivos, ainda." Para o economista-chefe da JF Trust, Eduardo Velho, os mercados de risco apresentam uma recuperação pontual, após dias seguidos de queda, movimento que acaba se refletindo nos ativos domésticos, como o real. Ele pondera que o mercado pode experimentar uma nova rodada de deterioração, já que a guerra trará como grande efeito colateral a alta global da **inflação**.

As commodities devem seguir em rota de alta, por conta do choque de oferta.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação será maior vítima da guerra no país

Anais Fernandes e Victor Rezende

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Posição de Bolsonaro complicará relações entre Brasil e EUA"

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=16§ion=1

Expectativa de inflação para 2023 dá sinal de piora

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187153?page=1§ion=1